

IDEIAS PARA MINAS E PARA O BRASIL

Caderno de propostas

ELY MACHADO

4588 • DEPUTADO FEDERAL

Geógrafo • Gestão Pública • Cidades Inteligentes • Gestão Ambiental • Políticas Públicas • Educação

CNPJ 68.455.125/001-40

INTRODUÇÃO

Política, conhecimento e escolhas na era da inteligência artificial

Vivemos uma transformação que talvez ainda não tenhamos compreendido por inteiro. A tecnologia deixou de ser algo restrito a laboratórios, universidades ou grandes empresas. Ela entrou definitivamente na vida cotidiana.

Hoje, antes de comprar uma televisão, escolher um celular, comparar dois automóveis ou até decidir qual cafeteira levar para casa, milhões de pessoas recorrem à internet e, cada vez mais, à inteligência artificial. Perguntamos ao Google, comparamos preços, lemos avaliações e abrimos o ChatGPT para pedir ajuda.

É curioso pensar que utilizamos tanta informação para escolher uma cafeteira, mas muitas vezes dedicamos poucos minutos para conhecer profundamente alguém que pretende participar das decisões políticas do país.

A modernidade nos oferece algo extraordinário: a possibilidade de pesquisar. Não é mais necessário conhecer uma pessoa apenas pela propaganda eleitoral, pelo santinho, pelo programa de televisão ou pelo vídeo de alguns segundos nas redes sociais. É possível pesquisar sua formação, sua trajetória profissional, suas experiências, suas ideias e aquilo que escreveu ou defendeu ao longo da vida.

Sou geógrafo e construí minha formação acadêmica estudando também Gestão Pública, Cidades Inteligentes, Gestão Ambiental, Políticas Públicas e Educação. Minha experiência profissional passou pela iniciativa privada, pela educação e pela administração pública. Trabalhei em empresa multinacional, na qual cheguei aos cargos de gerente e diretor de expansão; fui professor; atuei no Legislativo e no Executivo municipal; e atualmente trabalho com estratégia, gestão, planejamento, indicadores, sistemas e expansão no setor de alimentos.

Essa trajetória me levou a uma conclusão: o Brasil não sofre apenas com falta de dinheiro. Sofre também com estruturas ruins, excesso de burocracia, fragmentação administrativa e dificuldade para transformar conhecimento em produtividade.

Este livro apresenta algumas ideias a respeito desses problemas. Não pretende oferecer respostas definitivas. Pretende colocar propostas concretas em discussão.

A facilidade de acesso à informação muda também a responsabilidade de quem pede um voto. Se o eleitor pode pesquisar mais, o candidato precisa oferecer mais do que slogans. Precisa registrar suas ideias de forma organizada, aceitar perguntas, indicar limites e mostrar como pensa os problemas públicos. Este caderno nasce com essa intenção: permitir que qualquer pessoa tenha material suficiente para concordar, discordar, comparar e investigar.

Não proponho que a tecnologia substitua o julgamento humano. Uma inteligência artificial pode organizar informações, comparar modelos e levantar experiências, mas a decisão política continua pertencendo às pessoas. A modernidade nos dá ferramentas melhores; cabe a nós usá-las para elevar a qualidade das escolhas. É esse espírito que atravessa as páginas seguintes: menos culto a personalidades e mais discussão sobre estruturas, resultados e caminhos possíveis.

1. UMA CAMPANHA DE IDEIAS

Uma candidatura modesta, com espaço para propostas

Minha campanha para deputado federal em 2026 parte de uma realidade diferente daquela encontrada nas grandes estruturas eleitorais. O planejamento é realizar uma campanha modesta, com recursos muito inferiores aos disponíveis para candidaturas tradicionais.

Menos material, menos estrutura e menos exposição são limitações reais. Mas existe uma possibilidade que vinte anos atrás praticamente não existia: ideias podem circular sem depender exclusivamente do dinheiro. Um texto pode ser compartilhado, uma entrevista pode ser assistida de qualquer lugar e um projeto pode ser discutido por milhares de pessoas.

É por isso que este livro existe: reunir ideias que considero importantes para Minas Gerais e para o Brasil e submetê-las ao debate público.

Uma campanha com menos recursos precisa compensar a falta de escala com clareza. Isso significa explicar cada proposta com começo, meio e fim, disponibilizar textos mais longos, responder objeções e deixar registrado aquilo que se pretende defender. A política brasileira se acostumou a campanhas muito caras e mensagens muito curtas. Quero experimentar o caminho contrário: uma estrutura menor e uma quantidade maior de conteúdo para quem realmente deseja conhecer a candidatura.

O livro também é uma forma de prestação de contas antecipada. Ideias escritas podem ser revisitadas depois da eleição. O eleitor pode comparar o que foi dito com o que foi feito, identificar mudanças de posição e cobrar coerência. Não espero que todos concordem com cada capítulo. Espero, sim, que fique claro o raciocínio que existe por trás das propostas e que o debate seja feito sobre conteúdo, não apenas sobre imagem.

2. MINAS 100

É possível governar Minas com uma estrutura territorial diferente?

Minas Gerais possui 853 municípios. Isso significa 853 prefeituras, 853 prefeitos, 853 vice-prefeitos, 853 câmaras municipais e milhares de estruturas administrativas, secretarias, procuradorias, controladorias, gabinetes e cargos políticos.

A proposta Minas 100 é estudar uma reorganização territorial profunda do estado, integrando municípios pequenos e limítrofes, preservando identidades locais como distritos e formando administrações regionais mais fortes.

Não se trata de apagar cidades. Cidade é identidade, história, praça, comércio, família e memória. O que pode mudar é a estrutura política e administrativa que sustenta centenas de máquinas públicas separadas.

O número 100 é uma referência de planejamento, não uma divisão matemática rígida. A reorganização teria de considerar população, continuidade territorial, deslocamentos, rodovias, hospitais, universidades, economia, empregos, bacias hidrográficas e centralidades regionais.

A questão central é de escala administrativa. Muitos municípios pequenos precisam manter estruturas semelhantes às de cidades muito maiores, ainda que possuam população, arrecadação e capacidade técnica bastante diferentes. Prefeito, vice, câmara, secretarias, assessorias, contabilidade, compras, controle, procuradoria e sistemas administrativos consomem recursos antes mesmo de o serviço chegar ao cidadão. Ao reunir territórios integrados em administrações regionais maiores, seria possível concentrar capacidade técnica e planejamento sem eliminar a identidade das comunidades.

Uma mudança dessa dimensão não poderia ser imposta de cima para baixo. Precisaria de estudos independentes, mapas de deslocamento, consultas públicas, audiências e uma transição longa. Serviços já existentes teriam de ser preservados durante o processo. Distritos poderiam manter subprefeituras ou unidades administrativas locais para atendimento cotidiano, enquanto as funções mais complexas - planejamento, engenharia, compras, tecnologia, saúde especializada e gestão fiscal - seriam organizadas regionalmente.

O Minas 100 é, antes de tudo, uma pergunta sobre desenho institucional. Se Minas Gerais fosse organizada hoje, com as estradas, redes urbanas, tecnologias e fluxos econômicos atuais, criaríamos exatamente 853 estruturas municipais independentes? Talvez sim em algumas regiões; em outras, provavelmente não. O projeto pretende transformar essa pergunta em estudo técnico, e não em simples slogan.

3. MENOS ESTRUTURAS POLÍTICAS, MAIS SERVIÇOS

A economia precisa chegar ao cidadão

Uma reorganização territorial poderia reduzir de forma muito significativa a quantidade de estruturas políticas municipais. Em vez de centenas de prefeituras e câmaras pequenas, haveria administrações regionais mais robustas.

Como cenário indicativo, um desenho próximo de 100 municípios regionais poderia levar a algo próximo de mil vereadores, dependendo das regras de representação e população. A quantidade exata exigiria estudos constitucionais e demográficos.

O ponto central não é simplesmente retirar cargos. É definir onde colocar os recursos economizados: saúde, educação, estradas, saneamento, tecnologia, segurança, infraestrutura, qualificação profissional e atração de empresas.

Economia administrativa só faz sentido quando é convertida em entrega. Reduzir cargos para aumentar despesa em outra área improdutiva não resolve nada. Por isso, qualquer reorganização deveria vir acompanhada de regras de transparência capazes de mostrar quanto foi economizado e para onde cada real foi redirecionado. A população precisa enxergar a troca: menos custo político de um lado, mais profissionais, equipamentos, manutenção e investimento do outro.

Também seria necessário proteger a representação local. Uma região maior não pode fazer com que pequenas comunidades percam voz. Modelos de conselhos distritais, representação territorial e atendimento descentralizado podem manter participação política sem reproduzir toda a estrutura de uma prefeitura e uma câmara independentes. O objetivo não é concentrar poder distante das pessoas, mas separar identidade local de duplicação administrativa.

4. GERAÇÃO DE EMPREGOS

O desenvolvimento começa pela oportunidade

Nenhum país melhora de forma permanente a vida de sua população sem uma economia capaz de produzir empregos. O Brasil precisa valorizar quem produz, investe, abre uma pequena empresa, mantém um comércio, emprega, exporta ou trabalha por conta própria.

A primeira obrigação do Estado não deve ser escolher vencedores. Deve ser criar condições para competir: reduzir burocracia, simplificar licenças, dar segurança jurídica, melhorar infraestrutura, qualificar trabalhadores e aproximar universidades das empresas.

Minas Gerais possui localização privilegiada, universidades importantes, agropecuária forte, indústria, mineração e uma grande rede de cidades médias. Precisamos transformar essas vantagens em empregos.

Emprego não nasce de decreto. Ele surge quando existe demanda, investimento, produtividade e confiança para produzir. O poder público pode ajudar criando um ambiente previsível, simplificando regras, reduzindo o tempo necessário para abrir e ampliar empresas e investindo em infraestrutura que diminua custos. A política de desenvolvimento precisa ser acompanhada por metas: novos postos de trabalho, aumento de renda, crescimento da base empresarial e expansão da arrecadação obtida pelo crescimento, e não pela criação permanente de novas cobranças.

Também precisamos abandonar a ideia de que desenvolvimento ocorre apenas com grandes fábricas. Uma economia forte combina indústria, comércio, serviços, agricultura, tecnologia, logística e milhares de pequenos negócios. Em Minas, cada região possui vocações diferentes. A função do planejamento público é identificar essas vocações, remover gargalos e aproximar empresas, trabalhadores, escolas técnicas, universidades e fontes de financiamento.

5. INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Universidade, empresa e cidade precisam conversar

No século XXI, riqueza também nasce do conhecimento: software, biotecnologia, inteligência artificial, agricultura digital, robótica, novos materiais, tecnologia médica, automação e energia.

Precisamos fortalecer parques tecnológicos e aproximar universidades, centros de pesquisa, empresas e governos. O desafio é transformar conhecimento em empresas, patentes, produtos, empregos e desenvolvimento regional.

Universidades brasileiras produzem conhecimento de alta qualidade, mas nem sempre conseguem transformar pesquisa em produto, empresa ou emprego. É preciso criar ambientes em que pesquisadores possam empreender, empresas encontrem laboratórios e talentos e o poder público atue como articulador, não como obstáculo. Parques tecnológicos, incubadoras e programas de transferência de tecnologia precisam ser avaliados pelo que geram de negócios, patentes, empregos e soluções aplicadas.

Inovação também deve chegar à economia tradicional. Uma pequena indústria de alimentos que melhora rastreabilidade, um produtor que usa sensores, uma loja que integra estoque e venda ou uma prefeitura que reduz perdas de água estão inovando. Tecnologia não é um setor isolado; é uma camada de produtividade capaz de melhorar praticamente todas as atividades.

6. MENOS BUROCRACIA

O cidadão não pode trabalhar para o Estado

O Estado foi criado para servir ao cidadão. Muitas vezes, porém, o cidadão passa horas servindo à burocracia do Estado: documentos repetidos, cadastros repetidos, filas, formulários e certidões.

O princípio deve ser simples: se o governo já possui determinada informação, não deveria obrigar o cidadão a entregá-la novamente. Menos papel, menos carimbo, menos fila, mais integração de dados e mais transparência.

Toda exigência administrativa deveria passar por uma pergunta simples: qual risco ela evita e existe uma forma mais barata de alcançar o mesmo objetivo? Regras sem propósito claro se acumulam ao longo dos anos e criam custos invisíveis. O cidadão perde tempo, a empresa contrata pessoas apenas para cumprir formalidades e o próprio governo passa a administrar papéis em vez de resultados.

Uma agenda séria de desburocratização deveria mapear processos do início ao fim, eliminar documentos que o Estado já possui, adotar declarações digitais quando o risco for baixo e concentrar fiscalização onde o dano potencial for maior. Simplificar não significa eliminar controle. Significa tornar o controle proporcional, inteligente e rastreável.

7. CIDADES INTELIGENTES

Governar também é trabalhar com dados

Cidades inteligentes não são cidades cheias de telas. São cidades que utilizam informação para tomar decisões melhores. Dados podem ajudar a identificar acidentes, enchentes, vias deterioradas, demanda por transporte, criminalidade, falta de medicamentos, evasão escolar e perdas de água.

Minha formação em Gestão Pública com ênfase em Cidades Inteligentes reforçou uma convicção da Geografia: não existe boa política pública sem compreender o território.

A tecnologia só tem valor quando resolve um problema concreto. Sensores podem ajudar a prever enchentes, dados de mobilidade podem reorganizar linhas de ônibus, prontuários integrados podem reduzir repetição de exames e sistemas de manutenção podem indicar quais vias precisam de intervenção primeiro. O ponto não é comprar equipamentos sofisticados, mas construir uma gestão que saiba coletar, interpretar e usar informação.

Isso exige também transparência. Indicadores públicos permitem que a população acompanhe desempenho e que diferentes administrações sejam comparadas. Uma cidade inteligente precisa

ser, antes de tudo, uma cidade que aprende com seus próprios dados e corrige decisões quando a realidade mostra que o caminho escolhido não está funcionando.

8. ELEIÇÃO ÚNICA A CADA SEIS ANOS

Menos campanha permanente, mais tempo de gestão

O Brasil realiza grandes eleições a cada dois anos. Essa frequência cria uma espécie de campanha eleitoral permanente. A proposta é estudar eleições municipais, estaduais e nacionais realizadas simultaneamente a cada seis anos, com mandatos de igual duração.

O objetivo seria ampliar o tempo destinado à administração, reduzir custos eleitorais e diminuir a pressão permanente das disputas políticas sobre a gestão. Uma mudança assim exigiria amplo debate constitucional e regras de transição.

A realização de eleições a cada dois anos interfere na agenda pública, na composição de alianças e no planejamento administrativo. Prefeitos participam de eleições estaduais, governadores influenciam eleições municipais e o sistema inteiro vive em sucessivas pré-campanhas. Um ciclo único e mais longo poderia permitir que governos fossem avaliados por períodos consistentes de execução e que o país concentrasse sua energia eleitoral em um momento definido.

A proposta precisa ser confrontada com riscos. Mandatos maiores exigem mecanismos de controle fortes, transparência, possibilidade de responsabilização e instituições independentes. A transição também seria complexa. Por isso, não apresento a ideia como solução automática, mas como tema constitucional que merece comparação com outros modelos e análise de custo, estabilidade e qualidade da gestão.

9. PARLAMENTARISMO

Um governo não precisa depender de uma única pessoa

O presidencialismo brasileiro concentra enorme expectativa em uma única figura. O parlamentarismo oferece outra lógica: o governo nasce de uma maioria construída no Parlamento e precisa manter apoio político para continuar governando.

Considero esse sistema mais coletivo e baseado na construção de maiorias. Qualquer mudança no sistema de governo, porém, precisaria de amplo debate e legitimidade popular.

No parlamentarismo, crises de governo não precisam necessariamente se transformar em crises institucionais prolongadas. Uma maioria pode substituir o chefe de governo sem que seja necessário romper todo o ciclo eleitoral. Ao mesmo tempo, o sistema cobra dos partidos maior responsabilidade na formação de coalizões e na sustentação de programas comuns.

Nenhum sistema político elimina conflitos ou garante bons governantes. A vantagem que vejo no parlamentarismo é a distribuição de responsabilidade e a possibilidade de substituir governos que perdem sustentação sem paralisar o país por longos processos. Uma eventual mudança, porém, só teria legitimidade se fosse amplamente debatida e submetida à vontade popular.

10. VOTO DISTRITAL

Cada região precisa saber quem é seu representante

No modelo atual, candidatos a deputado federal disputam votos em um estado enorme. Isso encarece campanhas e distancia o eleitor do representante. No voto distrital, o território é dividido em distritos e cada região escolhe diretamente seu representante.

O eleitor passa a saber quem cobrar. O parlamentar passa a ter um território claramente associado ao seu mandato. Isso pode aproximar representante e representado e reduzir o custo das campanhas.

Minas Gerais é territorialmente extensa e socialmente diversa. Em uma campanha estadual, o candidato tende a concentrar recursos nas regiões em que já possui estrutura, e o eleitor frequentemente vota em alguém que depois não possui vínculo direto com sua cidade. Distritos menores poderiam reduzir esse problema ao criar uma relação territorial clara entre mandato e população.

O desenho do distrito é decisivo. Limites precisam ser definidos por critérios públicos e técnicos para evitar manipulação eleitoral. Também é necessário discutir representação proporcional e minorias. Existem modelos distritais puros e mistos, e o Brasil pode estudar experiências internacionais antes de escolher. O princípio que defendo é simples: o cidadão deve saber com facilidade quem é o deputado diretamente responsável por representar sua região.

11. EMBRAPA INTERNACIONAL

O Brasil pode exportar inteligência

Poucas instituições representam tanto a capacidade científica brasileira quanto a Embrapa. O desenvolvimento da agricultura tropical transformou áreas antes consideradas pouco produtivas em algumas das regiões agrícolas mais eficientes do planeta.

A proposta é discutir um braço internacional capaz de transformar tecnologia brasileira em ativo global, por meio de licenciamento, agricultura tropical, biotecnologia, bioinsumos, agricultura digital, inteligência artificial, genética, adaptação climática e segurança alimentar.

A Embrapa pública permaneceria pública e os ativos científicos estratégicos nacionais precisariam ser protegidos. O objetivo é valorizar economicamente aquilo que o Brasil levou décadas para construir.

O Brasil passou décadas construindo conhecimento sobre solos tropicais, sementes, manejo, genética, sanidade, produtividade e adaptação climática. Esse patrimônio científico ajudou a transformar o país em potência agrícola. Em muitos setores, entretanto, seguimos exportando principalmente commodities, enquanto tecnologias de alto valor são comercializadas por empresas estrangeiras. Internacionalizar conhecimento brasileiro é uma forma de aumentar o valor capturado pelo país.

O braço internacional poderia operar por licenciamento, participação em projetos, prestação de serviços tecnológicos, formação de equipes, parcerias com universidades e empresas e criação de centros de demonstração em outros países. A governança teria de separar com clareza o que é patrimônio público estratégico e não pode ser transferido do que pode ser licenciado de forma remunerada e segura.

Parte das receitas geradas poderia retornar para pesquisa, formação de cientistas e modernização da própria estrutura científica. O pequeno produtor brasileiro não poderia ser prejudicado pela internacionalização. Ao contrário: uma instituição mais forte financeiramente teria melhores condições de desenvolver tecnologias acessíveis e manter conhecimento público disponível no país.

PARTE II - UM PAÍS QUE FUNCIONE

12. REFORMA DO ESTADO

Antes de criar um novo imposto, precisamos perguntar onde o dinheiro está sendo gasto

Antes de pedir mais ao cidadão, o Estado precisa mostrar que fez sua parte. Isso significa revisar estruturas administrativas, eliminar sobreposições, digitalizar processos, profissionalizar a gestão e medir resultados.

Todo programa público deveria responder: quanto custa, quantas pessoas atende, qual resultado entrega e se existe uma forma mais eficiente de fazê-lo. Programas que funcionam devem ser fortalecidos; os que não funcionam, corrigidos ou encerrados.

Reformar o Estado não é simplesmente cortar. É reorganizar funções, remover duplicidades e decidir com clareza o que deve ser feito diretamente pelo poder público, o que pode ser contratado e o que não precisa mais existir. A revisão deve começar por processos e resultados, não por pessoas. Uma estrutura pode ter servidores dedicados e ainda assim produzir pouco porque foi desenhada para outra época.

13. O FIM DO ESTADO DO PAPEL

Governo digital por padrão

Durante décadas, a administração pública foi construída em torno de documentos físicos, protocolos, carimbos e pastas. Hoje carregamos computadores no bolso, mas o cidadão ainda precisa provar ao Estado informações que o próprio Estado possui.

Serviços públicos devem ser digitais sempre que possível, com acompanhamento pelo telefone, prazos claros, responsáveis identificados, notificações e avaliação do atendimento. Digitalização também amplia transparência e rastreabilidade.

Digitalizar não é transformar um formulário de papel em PDF. É redesenhar o serviço para que o cidadão informe apenas o necessário, acompanhe o andamento e receba a decisão sem peregrinar entre órgãos. Sistemas públicos precisam conversar entre si, manter trilhas de auditoria e oferecer alternativas presenciais para quem tiver dificuldade de acesso.

14. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO SERVIÇO PÚBLICO

O governo também precisa entrar no século XXI

A inteligência artificial pode ajudar a identificar fraudes, analisar compras públicas, detectar contratos fora do padrão, prever demandas por medicamentos, identificar evasão escolar, analisar acidentes, mapear áreas de risco e acelerar atendimento.

Isso deve vir acompanhado de proteção de dados, auditoria, transparência, supervisão humana e segurança da informação. Ignorar a tecnologia apenas aumentará a distância entre governo e sociedade.

A inteligência artificial pode auxiliar triagem de documentos, atendimento, análise de grandes bases, previsão de demanda e identificação de padrões, mas decisões que afetam direitos precisam continuar submetidas a regras claras, supervisão humana e possibilidade de recurso. O Estado deve adotar tecnologia com responsabilidade, proteção de dados e auditoria dos modelos utilizados.

15. SEGURANÇA PÚBLICA

O cidadão precisa recuperar o direito de viver sem medo

Não existe liberdade plena quando o cidadão tem medo de sair de casa. Segurança pública precisa voltar a ocupar posição central entre as prioridades nacionais.

O combate moderno exige inteligência, integração entre polícias, investigação financeira, controle de fronteiras, sistema prisional organizado e cooperação entre União e estados. Não basta prender quem está na ponta: é preciso seguir o dinheiro e desmontar redes.

Segurança exige presença policial, investigação, inteligência, justiça eficiente e prevenção. Também exige gestão: mapear locais, horários e tipos de ocorrência, integrar bancos de dados e avaliar quais ações realmente reduzem crimes. A população tem direito a viver, trabalhar e circular sem medo, e o Estado deve tratar esse direito como prioridade permanente.

16. CRIME ORGANIZADO COMO EMPRESA

A resposta precisa atingir patrimônio e financiamento

Grandes organizações criminosas funcionam cada vez mais como empresas: têm logística, contabilidade, hierarquia, fornecedores, mercados e fontes de receita.

O Estado precisa integrar inteligência policial e financeira, Receita Federal, controle de fronteiras, sistema bancário, Ministério Público, polícias estaduais e Polícia Federal. Mais importante do que prender integrantes substituíveis é impedir que a organização continue se financiando.

Organizações criminosas administram fluxo de caixa, logística, recrutamento, comunicação e lavagem de dinheiro. Combatê-las apenas com prisões pontuais deixa intacta a estrutura econômica. É necessário atingir patrimônio, cadeias financeiras, empresas de fachada e mecanismos de corrupção, integrando inteligência policial, fiscal e financeira dentro das garantias legais.

17. EDUCAÇÃO

A escola precisa preparar para a vida real

O jovem precisa sair da escola sabendo interpretar um texto, escrever com clareza, compreender matemática, trabalhar com tecnologia, interpretar dados e conhecer noções básicas de economia, direitos e deveres.

Também precisamos recuperar a importância da formação profissional. Ensino técnico não pode ser tratado como opção inferior. Eletricistas, mecânicos, programadores, técnicos agrícolas, técnicos em alimentos, profissionais de logística e técnicos de enfermagem são essenciais para o desenvolvimento.

Educação precisa combinar formação humana com domínio de competências concretas: leitura, escrita, matemática, ciência, tecnologia e capacidade de resolver problemas. Metas devem ser transparentes e acompanhadas escola a escola, sem transformar avaliação em punição automática. O objetivo é identificar onde alunos estão ficando para trás e agir cedo.

18. UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO

Conhecimento precisa encontrar caminho até a sociedade

Universidades brasileiras produzem conhecimento de excelente qualidade, mas parte dele encontra dificuldade para chegar ao mercado. Precisamos aproximar universidade, empresa e governo.

Parques tecnológicos, incubadoras, fundos de inovação e parcerias para pesquisa aplicada podem ajudar a transformar pesquisa em produtos, empresas, patentes e empregos.

Universidades não devem ser reduzidas a fábricas de mão de obra, mas podem contribuir muito mais para o desenvolvimento regional quando mantêm canais permanentes com empresas, governos e sociedade. Escritórios de transferência tecnológica, laboratórios compartilhados, estágios e projetos aplicados permitem que conhecimento acadêmico resolva problemas reais sem diminuir a liberdade de pesquisa.

19. SAÚDE REGIONALIZADA

Nem toda cidade precisa ter tudo. Toda pessoa precisa ter acesso.

Não é economicamente possível construir hospitais altamente especializados em cada pequeno município. É possível, porém, organizar regiões capazes de oferecer atendimento integrado.

Precisamos fortalecer polos regionais, organizar transporte sanitário, integrar prontuários, utilizar telemedicina e compartilhar equipamentos. A saúde precisa funcionar como rede.

Hospitais de alta complexidade precisam de escala, equipe especializada e equipamentos caros. Tentar reproduzir toda a estrutura em cada município é ineficiente. A atenção básica deve permanecer próxima das pessoas, enquanto procedimentos complexos podem ser organizados

por redes regionais com transporte sanitário, regulação transparente e metas de tempo de atendimento.

20. UM PRONTUÁRIO ÚNICO PARA O CIDADÃO

Informação segura pode reduzir custo e risco

Com autorização adequada e respeito à privacidade, profissionais de saúde deveriam conseguir acessar informações essenciais do paciente: medicamentos, alergias, exames, cirurgias e diagnósticos anteriores.

Isso reduz exames repetidos, informações perdidas e riscos assistenciais.

O cidadão não deveria repetir sua história clínica em cada unidade. Um prontuário interoperável, protegido por regras de acesso e segurança, pode reduzir exames duplicados, melhorar acompanhamento de doenças crônicas e dar ao profissional informações essenciais em emergências. A tecnologia já permite isso; o desafio é governança, padrão de dados e proteção da privacidade.

21. INFRAESTRUTURA

Desenvolvimento passa pela estrada, energia e conectividade

Minas Gerais está no centro do Brasil, mas localização sem infraestrutura perde valor. Estradas ruins aumentam fretes, acidentes, desgaste e afastam investimentos.

Rodovias, ferrovias, internet, energia, saneamento e logística são parte da competitividade regional.

Infraestrutura precisa ser planejada para décadas. Rodovias, ferrovias, energia, telecomunicações e saneamento determinam onde empresas investem e quanto custa produzir. Projetos devem ser priorizados por impacto econômico e social, com cronogramas públicos, estudos técnicos e mecanismos que reduzam o risco de obras iniciadas sem recursos para conclusão.

22. ZONA DA MATA

Precisamos recuperar a capacidade de disputar investimentos

A Zona da Mata possui localização estratégica, universidades, hospitais, tradição industrial, serviços, agronegócio e mão de obra. Precisamos transformar essas vantagens em estratégia regional.

Juiz de Fora não pode pensar apenas dentro dos próprios limites municipais. Seu desenvolvimento depende das cidades ao redor, e o desenvolvimento regional depende de integração.

A Zona da Mata precisa ser pensada como rede regional. Juiz de Fora, cidades industriais, polos universitários, áreas rurais e municípios turísticos têm funções complementares. Melhorar

conexões rodoviárias e digitais, estruturar saúde regional, fortalecer cadeias de alimentos e atrair empresas ligadas à logística, tecnologia e serviços pode gerar desenvolvimento que ultrapasse limites municipais.

23. JUIZ DE FORA COMO POLO DE INOVAÇÃO

Uma economia de maior valor agregado

Juiz de Fora reúne universidade federal, instituições privadas, hospitais, centros de formação, localização, mercado consumidor e história industrial.

A cidade pode aprofundar sua integração com empresas de software, inteligência artificial, biotecnologia, tecnologia médica, logística, indústria de alimentos e serviços de alta especialização.

Juiz de Fora reúne universidades, localização estratégica e base de serviços capaz de apoiar empresas inovadoras. Para avançar, precisa transformar ativos acadêmicos em ambiente de negócios: espaços de incubação, conexão com investidores, compras públicas de inovação, formação tecnológica e integração com a indústria regional. Um polo não nasce apenas de um prédio; nasce de uma rede ativa.

24. FEDERALISMO

Brasília não pode decidir tudo

O Brasil é oficialmente uma federação, mas existe grande concentração de recursos e decisões no governo federal. Precisamos discutir uma distribuição mais equilibrada.

Quanto mais distante estiver quem decide daquele que sofre o problema, maior o risco de erro. Federalismo significa distribuir poder e também responsabilidade.

Municípios e estados assumem grande parte dos serviços que o cidadão utiliza diariamente, enquanto parcela importante dos recursos e das decisões permanece concentrada. Um federalismo mais equilibrado deve aproximar dinheiro e responsabilidade, com regras claras de transferência e avaliação. Quem executa uma política precisa ter recursos previsíveis para planejá-la.

25. EMENDAS PARLAMENTARES

O orçamento não pode virar instrumento de poder individual

O crescimento das emendas transformou a relação entre Executivo e Legislativo. Deputado não deveria exercer papel de prefeito nem senador de secretário de obras.

A função central do parlamentar deve ser legislar, fiscalizar, debater o orçamento e avaliar políticas públicas. Recursos precisam seguir planejamento técnico e prioridades transparentes.

Emendas podem levar recursos a necessidades locais, mas o sistema perde qualidade quando o planejamento público passa a depender de decisões fragmentadas e pouco coordenadas. Recursos relevantes deveriam seguir critérios transparentes, planejamento regional e avaliação de resultado. O orçamento precisa voltar a ser uma peça de estratégia, e não uma coleção de repasses isolados.

26. FUNDO ELEITORAL

Democracia não precisa significar campanhas milionárias

As eleições brasileiras se tornaram extremamente caras. Grandes estruturas financeiras criam barreiras para novos candidatos e ajudam a perpetuar quem já está dentro do sistema.

Campanhas deveriam ser mais baratas, digitais, fiscalizáveis e com limites que permitam competição real. Ideias precisam voltar a competir com dinheiro.

O financiamento público de campanhas deve ser discutido considerando custo, igualdade de competição e confiança social. Defendo campanhas mais baratas e regras que reduzam a dependência de estruturas milionárias. Comunicação digital, limites de gasto e transparência em tempo real podem diminuir custos e facilitar a fiscalização pelo próprio cidadão.

27. O VOTO DISTRITAL COMO REDUTOR DE CUSTOS

Territórios menores, campanhas mais próximas

No sistema distrital, o candidato concentra sua campanha na região que pretende representar. Isso pode reduzir viagens, equipes, material e custos de comunicação.

Ao mesmo tempo, aumenta a responsabilidade do eleito, porque a região sabe exatamente quem cobrar.

Quando o território de campanha é menor, o candidato não precisa tentar alcançar milhões de eleitores espalhados por todo o estado. Isso pode reduzir deslocamentos, material e dependência de grandes estruturas. A redução de custo não é automática, mas o desenho distrital cria condições para campanhas mais locais, debates presenciais e cobrança posterior mais direta.

28. AGRICULTURA

Quem produz alimento precisa de respeito e tecnologia

O agronegócio brasileiro é uma das maiores conquistas econômicas e científicas do país, mas reúne realidades diferentes: grandes produtores, agricultura familiar, cooperativas, pecuária, leite, café e hortifrutigranjeiros.

Tecnologia deve chegar a todos: sensores, dados climáticos, irrigação inteligente, gestão digital, genética, bioinsumos e técnicas de manejo. A produtividade é uma das melhores formas de aumentar renda sem ampliar a área ocupada.

Agricultura competitiva depende de tecnologia, crédito, seguro, infraestrutura, defesa sanitária, armazenagem e acesso a mercados. Pequeno e grande produtor enfrentam desafios diferentes, mas ambos precisam de previsibilidade. A política pública deve apoiar produtividade e sustentabilidade sem transformar o campo em território de burocracia permanente.

29. EMBRAPA INTERNACIONAL — EXPANSÃO

Uma empresa brasileira de conhecimento para o mundo

O Brasil tradicionalmente exporta minério, café, soja, carne e celulose. Podemos continuar exportando tudo isso e também exportar inteligência.

A Embrapa Internacional poderia atuar em países da África, América Latina e regiões tropicais da Ásia, ajudando a ampliar a produção de alimentos e gerando receita para financiar novos ciclos de ciência brasileira.

A internacionalização pode começar por projetos-piloto em países com clima tropical e demanda por tecnologias que o Brasil domina. Cada parceria deveria ter contrato claro, proteção de propriedade intelectual, avaliação financeira e contrapartidas. Crescer de forma gradual permite testar modelos antes de comprometer patrimônio científico estratégico.

30. MEIO AMBIENTE

Desenvolvimento e preservação precisam andar juntos

Produzir ou preservar é uma falsa escolha. Tecnologia permite produzir mais usando melhor recursos, reduzir consumo de água, reaproveitar resíduos e proteger nascentes.

Desenvolvimento sustentável precisa ser economicamente viável e ambientalmente responsável.

Preservação e desenvolvimento não precisam ser inimigos. Licenciamento eficiente deve separar empreendimentos de alto e baixo risco, estabelecer prazos e cobrar medidas proporcionais ao impacto. Fiscalização inteligente usa dados, imagens e monitoramento para concentrar esforço onde o dano ambiental é maior e premiar quem cumpre a regra.

31. ÁGUA

Um dos maiores patrimônios de Minas

Proteger nascentes é segurança hídrica, agricultura, indústria, abastecimento urbano e energia. Precisamos de políticas que incentivem a preservação e valorizem quem protege recursos hídricos.

Municípios precisam cuidar de áreas de recarga, saneamento e recuperação de rios.

Segurança hídrica exige proteger nascentes, reduzir perdas, planejar reservação e acompanhar bacias inteiras, não apenas limites municipais. A água conecta territórios. Por isso, políticas de

abastecimento, drenagem, agricultura e saneamento precisam conversar em escala regional e usar dados de disponibilidade e consumo para orientar investimento.

32. SANEAMENTO

Política pública que começa debaixo da terra

Rede de água, esgoto, drenagem e tratamento são infraestrutura essencial. Muitas das obras mais importantes são invisíveis, mas reduzem doenças, protegem rios e melhoram a qualidade de vida.

Cidades inteligentes precisam mapear redes, identificar perdas, monitorar consumo e planejar drenagem.

Saneamento é saúde pública e infraestrutura econômica. Universalizar água e esgoto exige projetos viáveis, metas mensuráveis e capacidade de investimento. Em municípios pequenos, soluções regionais podem ganhar escala e reduzir custos. O cidadão deve conseguir acompanhar cobertura, qualidade, perdas e cronogramas de expansão.

33. PREVENÇÃO DE ENCHENTES

A cidade precisa conhecer a água antes da chuva

Enchentes começam anos antes da chuva: ocupação inadequada, impermeabilização, falta de drenagem, assoreamento, lixo e ausência de planejamento.

Cidades precisam mapear áreas de risco, monitorar chuvas, manter alertas, controlar ocupação e investir em drenagem. Prevenção custa menos do que reconstrução.

Enchente não pode ser tratada apenas no dia da chuva. Mapas de risco, manutenção de drenagem, controle de ocupação, monitoramento de rios, alertas e obras prioritárias precisam fazer parte de uma política contínua. Dados históricos e previsão meteorológica permitem agir antes que o problema se transforme em emergência.

34. HABITAÇÃO E PLANEJAMENTO URBANO

Construir moradia é construir cidade

Uma família que mora longe de tudo paga um custo invisível em transporte, tempo e dificuldade de acesso ao emprego, escola e saúde.

Habitação precisa estar conectada ao planejamento urbano, com água, esgoto, transporte, escolas, unidades de saúde, comércio e oportunidades.

Construir moradia longe de emprego, escola e transporte pode apenas deslocar o problema. Política habitacional precisa considerar localização, infraestrutura, regularização e acesso a serviços. Planejamento urbano também deve simplificar regras sem abrir mão de segurança, permitindo adensamento onde a infraestrutura suporta e protegendo áreas de risco.

35. MOBILIDADE

O bem mais precioso do cidadão é o tempo

Uma pessoa que passa três horas por dia no trânsito perde uma parte enorme da própria vida. Mobilidade urbana não é apenas ônibus: é planejamento territorial.

A cidade precisa aproximar moradia, trabalho e serviços, melhorar transporte coletivo e utilizar dados para ajustar linhas e horários.

Mobilidade deve ser analisada pelo tempo que as pessoas perdem para chegar a trabalho, escola e serviços. Integração de dados de ônibus, trânsito, estacionamento e deslocamento ajuda a priorizar corredores, horários e intervenções. Caminhar e pedalar com segurança também fazem parte do sistema, especialmente em viagens curtas.

36. GESTÃO POR INDICADORES

O que não é medido dificilmente é melhorado

O setor público precisa saber quanto custa cada atendimento, quanto demora cada serviço, quanto custa uma vaga escolar, quanto custa um exame e quanto tempo um processo permanece parado.

Indicadores não substituem pessoas; ajudam pessoas a tomar decisões melhores. Essa é uma cultura que aprendi trabalhando com planejamento, ERP, estoque e gestão na iniciativa privada.

Sem indicador, a administração corre o risco de confundir atividade com resultado. Não basta dizer quantas reuniões foram feitas ou quanto dinheiro foi gasto. É preciso medir tempo de espera, aprendizagem, redução de crime, pavimento conservado, perdas de água e outros efeitos concretos. Indicadores não substituem julgamento, mas tornam decisões mais verificáveis.

37. TRANSPARÊNCIA EM TEMPO REAL

Informação pública precisa ser compreensível

O cidadão deveria conseguir visualizar receitas, despesas, contratos, pagamentos, obras atrasadas, estoques de medicamentos e filas de serviços por meio de painéis claros.

Transparência não pode significar despejar milhares de documentos incompreensíveis. Gráficos, mapas, indicadores e dados abertos precisam aproximar o cidadão da fiscalização.

Portais de transparência precisam ser compreensíveis para quem não é especialista. Gastos, contratos, filas, obras e metas deveriam estar disponíveis em linguagem simples, com dados abertos para análise independente. Quanto mais informação é publicada automaticamente, menor a dependência de pedidos formais e maior a capacidade social de fiscalização.

38. COMPRAS PÚBLICAS MAIS INTELIGENTES

Pequenas diferenças de preço se tornam milhões

Governos compram medicamentos, alimentos, combustível, computadores, veículos, serviços, materiais e obras. Sistemas inteligentes podem comparar preços, identificar valores fora do padrão e detectar concentração de fornecedores.

Uma administração eficiente compra melhor. Cada real economizado pode retornar para serviços públicos.

Comprar apenas pelo menor preço pode produzir desperdício quando qualidade e custo de manutenção são ignorados. O poder público precisa especificar melhor, planejar demanda, comparar preços e acompanhar desempenho dos contratos. Compras compartilhadas entre órgãos ou regiões também podem aumentar escala e reduzir custo quando os produtos são padronizáveis.

39. CONSÓRCIOS REGIONAIS

Cooperação antes mesmo da grande reforma

Nem toda mudança exige imediatamente uma reforma constitucional. Municípios já podem compartilhar saúde, resíduos, compras, máquinas, tecnologia e serviços especializados por meio de consórcios.

Essa lógica pode funcionar como etapa de transição para uma administração regional mais integrada.

Nem toda cooperação exige fusão de municípios. Consórcios podem compartilhar ambulâncias, resíduos, iluminação, equipamentos, compras e equipes técnicas. Eles são uma etapa prática para provar que serviços regionais funcionam e podem mostrar, com números, onde a integração reduz custos e melhora capacidade de atendimento.

40. MINAS 100 — COMO COMEÇAR

A reforma territorial precisa começar pelo debate

O Minas 100 não deve nascer como imposição, mas como estudo. Universidades, geógrafos, economistas, administradores, prefeitos, vereadores, cidadãos e especialistas precisam analisar o território mineiro.

Quais municípios possuem baixa capacidade administrativa? Quais já funcionam economicamente integrados? Quanto custam as estruturas separadas? Como preservar identidade e representação? Essas perguntas precisam ser respondidas com dados.

O primeiro passo deveria ser um estudo público com metodologia conhecida. População, arrecadação, custo administrativo, distância, fluxo de trabalho, rede de saúde, educação, estradas e identidade regional precisam ser mapeados. Depois, regiões-piloto poderiam ser debatidas

localmente. Nenhuma proposta deve avançar sem simulações de impacto fiscal e garantia de continuidade dos serviços.

41. AS CIDADES NÃO DESAPARECEM

Identidade não depende de prefeitura própria

Uma comunidade não deixa de existir porque muda sua organização administrativa. Bairros, distritos, nomes, igrejas, clubes, festas e identidades permanecem.

O debate é outro: quantas estruturas políticas precisamos sustentar para prestar bons serviços?

Mudar a administração não apaga o nome de uma cidade nem sua memória. Distritos podem manter símbolos, festas, patrimônio, associações, endereços e unidades de atendimento. O que se discute é a necessidade de manter estruturas políticas completas e independentes em territórios que já funcionam diariamente como parte de uma mesma região.

42. MENOS POLÍTICOS, MAIS SERVIÇOS

Cada economia precisa virar entrega

Uma reorganização territorial poderia reduzir significativamente o número de prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e estruturas administrativas.

O objetivo é transferir recursos da estrutura política para médicos, professores, creches, infraestrutura, segurança, tecnologia, saneamento e investimento.

A redução de estruturas só terá apoio social se houver compromisso verificável com a aplicação das economias. Um fundo de transição ou regra específica poderia vincular parte do ganho a áreas escolhidas pela região. Assim, a população teria como comparar o custo anterior com os investimentos realizados depois da reorganização.

43. UMA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL PROFISSIONAL

Mais capacidade técnica

Municípios regionais maiores podem possuir maior capacidade para contratar engenheiros, economistas, geógrafos, urbanistas, especialistas em dados, profissionais de tecnologia e planejadores.

A política define prioridades, mas a execução precisa ser cada vez mais técnica.

Escala maior permite formar equipes permanentes de engenharia, planejamento, compras, tecnologia e dados. Em estruturas muito pequenas, um mesmo profissional precisa acumular funções ou o município depende de consultorias pontuais. Uma administração regional pode construir memória técnica e planejar projetos de longo prazo com mais continuidade.

44. SERVIDOR PÚBLICO

Valorizar quem entrega resultados

Uma reforma do Estado não pode tratar servidor público como inimigo. Existem excelentes profissionais trabalhando em estruturas antigas e com sistemas ruins.

Modernizar o Estado significa oferecer tecnologia, capacitação, metas claras, avaliação justa e reconhecimento. Ao mesmo tempo, responsabilidade e mecanismos contra baixo desempenho persistente e irregularidades são indispensáveis.

A modernização precisa envolver quem conhece os processos por dentro. Servidores podem identificar etapas inúteis, gargalos e sistemas que não conversam. Avaliação de desempenho deve considerar condições de trabalho e metas possíveis, ao mesmo tempo em que reconhece mérito e enfrenta situações de baixo desempenho permanente com regras justas.

45. ESTADO E MERCADO

A pergunta deve ser: o que funciona melhor?

Existem áreas onde o mercado funciona muito bem, áreas em que o Estado é indispensável e situações em que ambos podem trabalhar juntos.

A discussão deve ser prática: qual modelo entrega melhor resultado, custa menos, garante acesso, produz inovação e protege o cidadão?

A escolha entre prestação direta, concessão, parceria ou contratação deveria depender da natureza do serviço e de evidências. Serviços com monopólio natural exigem regulação forte; atividades competitivas podem se beneficiar de disputa entre fornecedores. Ideologia não pode substituir análise de custo, qualidade, acesso e risco.

46. EMPREENDEDORISMO

Quem abre uma empresa está criando uma oportunidade

O pequeno empreendedor precisa ser visto como parceiro do desenvolvimento. Padarias, restaurantes, oficinas, pequenas fábricas, empresas de tecnologia, produtores e comércios criam empregos e assumem riscos.

O Estado deveria facilitar abertura, licenciamento proporcional ao risco, tributação compreensível, serviços digitais e segurança jurídica.

Para quem abre um pequeno negócio, o tempo gasto com exigências públicas é custo real. Licenciamento baseado em risco, cadastro único, orientação clara e serviços digitais reduzem esse peso. O empreendedor precisa saber antecipadamente quais regras deve cumprir e em quanto tempo receberá resposta, sem depender de relações pessoais dentro da administração.

47. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL LIGADA À DEMANDA

Formar para as oportunidades reais

Cursos profissionais precisam dialogar com aquilo que as empresas procuram. Se cresce logística, formar logística. Se cresce indústria de alimentos, formar técnicos em alimentos. Se existe demanda por programadores, ampliar formação tecnológica.

Formação sem emprego é desperdício. Emprego sem profissional qualificado é oportunidade perdida.

Dados de vagas, salários e expansão empresarial podem orientar escolas técnicas e programas de capacitação. Empresas também devem participar informando competências que faltam e oferecendo estágios e aprendizagem. O objetivo é construir uma ponte permanente entre formação e mercado, sem abandonar a educação geral que permite ao trabalhador se adaptar a mudanças futuras.

48. DESENVOLVIMENTO BASEADO EM VOCAÇÕES

Nem toda cidade precisa tentar ser tudo

Algumas regiões têm vocação agrícola, outras industrial, turística, tecnológica, logística ou universitária. Planejamento regional deve identificar essas vantagens.

Desenvolvimento não significa copiar o vizinho. Significa descobrir aquilo que uma região pode fazer excepcionalmente bem.

Mapear vocações significa observar ativos existentes: localização, clima, universidades, fornecedores, cultura, mão de obra e infraestrutura. A partir daí, políticas podem fortalecer cadeias que já possuem base real em vez de tentar importar modelos que funcionam em outros lugares. Uma região competitiva se especializa sem se fechar a novas oportunidades.

49. TURISMO

Rotas, circuitos e experiências

Minas Gerais possui história, gastronomia, natureza, cidades históricas, montanhas e cultura. O turismo pode gerar milhares de pequenos negócios.

O visitante não pensa em limites municipais; pensa em rotas e experiências. Por isso, turismo também exige visão regional.

Turismo depende de produto organizado. Atrativos isolados precisam virar roteiros com informação, sinalização, hospedagem, gastronomia e calendário. Municípios vizinhos ganham quando vendem uma região inteira ao visitante. A gestão pública pode facilitar essa cooperação e medir ocupação, permanência média e impacto sobre pequenos negócios.

50. PRESTAÇÃO DE CONTAS

Democracia não termina na urna

Todo mandato deveria publicar periodicamente projetos apresentados, votos, presença, gastos, resultados, compromissos assumidos e situação de cada proposta.

O eleitor precisa conseguir comparar promessa e entrega.

Um mandato pode publicar um painel simples com presença, votos, projetos, gastos e andamento de compromissos. Isso permite que o cidadão acompanhe o trabalho sem esperar o período eleitoral. Transparência também protege o próprio representante, porque reduz espaço para boatos e permite que críticas sejam confrontadas com dados verificáveis.

51. POR QUE ESCREVER ESTE LIVRO?

Política precisa voltar a discutir propostas

Algumas ideias apresentadas aqui podem parecer ousadas. Talvez precisem ser modificadas. É exatamente por isso que devem ser debatidas.

Uma proposta que não suporta perguntas não deveria virar política pública. Meu objetivo é colocar ideias na mesa.

Textos longos obrigam quem propõe a enfrentar detalhes que cabem mal em vídeos de segundos. Ao escrever, aparecem dúvidas, conflitos entre objetivos e pontos que precisam ser aperfeiçoados. Por isso, o livro não é uma coleção de certezas. É um registro de propostas suficientemente desenvolvido para que outras pessoas possam criticá-las com precisão.

52. UMA EXPERIÊNCIA ENTRE DOIS MUNDOS

Setor privado e setor público

Minha trajetória profissional me permitiu conhecer a iniciativa privada e a administração pública. Trabalhei com expansão, gestão, estratégia e planejamento; também atuei como professor e acompanhei o funcionamento do Legislativo e do Executivo municipal.

Há coisas que o setor público pode aprender com empresas: planejamento, indicadores, controle, tecnologia e avaliação. E existem responsabilidades públicas que empresas não substituem.

Na empresa, resultado financeiro mostra rapidamente se determinadas decisões funcionaram. No setor público, muitos resultados são mais difíceis de medir, mas isso não elimina a necessidade de gestão. Aprendi que planejamento, rotina, indicadores e responsabilidade por execução fazem diferença em qualquer organização. Também aprendi que política pública possui obrigações de equidade e continuidade que não podem ser tratadas como simples decisão empresarial.

53. O GEÓGRAFO E A POLÍTICA

Território, redes e regiões

A Geografia não estuda apenas mapas. Estuda população, economia, transportes, cidades, ambiente, redes, regiões e fluxos.

Quando observo Minas com 853 municípios, vejo também regiões conectadas, cidades dependentes umas das outras e pessoas atravessando fronteiras municipais diariamente. A política pensa muito em limites; a vida real funciona em redes.

A Geografia ensina a observar relações entre lugares. Uma estrada muda comércio, um hospital reorganiza fluxos regionais, uma universidade atrai população e empresas, e uma enchente pode ser consequência de decisões tomadas quilômetros acima. Pensar território ajuda a evitar políticas desenhadas apenas dentro de fronteiras administrativas.

54. O GESTOR E A POLÍTICA

Governar é escolher prioridades

Nenhuma organização possui recursos infinitos. Nem empresa, nem família, nem governo. Gestão significa decidir o que é essencial, o que funciona, o que precisa mudar e o que pode ser eliminado.

Governar é administrar escolhas.

Boa intenção sem execução produz frustração. Gestão exige responsáveis, prazos, orçamento, indicadores e revisão periódica. Também exige coragem para encerrar iniciativas que não funcionam, mesmo quando foram anunciadas com entusiasmo. A política deveria incorporar mais essa cultura de aprender com resultado e corrigir rota.

55. A MODERNIDADE NÃO PEDE LICENÇA

O futuro já começou

A inteligência artificial, a automação, a economia digital, as mudanças climáticas e a competição internacional não vão esperar o Brasil organizar seu debate político.

A população envelhece, profissões mudam e empresas se transformam. Precisamos preparar as instituições para um mundo que já começou.

Mudanças tecnológicas podem eliminar tarefas e criar outras com enorme velocidade. O papel do Estado é preparar pessoas e infraestrutura, atualizar regras sem travar inovação e proteger direitos fundamentais. Países que demoram a adaptar educação, tributação e serviços públicos acabam reagindo ao futuro quando ele já virou presente.

56. UMA NOVA RELAÇÃO ENTRE CIDADÃO E POLÍTICA

A sociedade agora pode pesquisar

Hoje qualquer cidadão pode consultar formação, entrevistas, redes sociais, patrimônio declarado, projetos e processos legislativos. Pode também pedir a uma inteligência artificial argumentos favoráveis e contrários a determinada proposta.

Isso é positivo. Políticos precisam estar preparados para uma sociedade que pesquisa e compara.

A abundância de informação também traz desinformação. Por isso, a nova relação precisa combinar acesso a dados com capacidade crítica. Candidatos e governos devem facilitar a verificação, publicar fontes e corrigir erros. O cidadão, por sua vez, ganha ferramentas para comparar versões e procurar documentos originais antes de formar opinião.

57. PESQUISE ANTES DE ESCOLHER

Tecnologia como ferramenta de informação

Não escolha qualquer candidato apenas porque viu uma propaganda. Pesquise a história, a formação, o trabalho, as propostas e também as críticas. Compare e faça perguntas.

Hoje pedimos ajuda à inteligência artificial para decidir entre duas cafeteiras. Podemos usar a mesma ferramenta para compreender melhor uma eleição, sem entregar a uma máquina uma decisão que continuará sendo humana.

Pesquisar não significa procurar apenas informações que confirmem preferência. Vale ler críticas, verificar fontes e comparar candidatos pelo mesmo critério. Formação acadêmica não garante bom mandato, assim como popularidade não garante capacidade de gestão. O conjunto de trajetória, comportamento, propostas e resultados oferece uma imagem mais completa.

58. DEZ PRINCÍPIOS

Uma síntese desta visão

O dinheiro público pertence ao cidadão. O Estado precisa medir resultados. Tecnologia deve simplificar a vida. Trabalho e empreendedorismo geram desenvolvimento. Educação precisa preparar para o mundo real.

Segurança é condição para a liberdade. Municípios precisam cooperar regionalmente. Ciência brasileira precisa gerar riqueza brasileira. Representantes precisam estar próximos dos representados. Estruturas públicas existem para servir à sociedade.

Princípios funcionam como critérios para decisões futuras. Nem todo problema estará previsto em um programa de campanha. Quando surgirem temas novos, o eleitor pode avaliar se a posição adotada combina com ideias já declaradas: responsabilidade com dinheiro público, liberdade, segurança, tecnologia, desenvolvimento, proximidade entre representante e representado e compromisso com resultado.

59. AS PRINCIPAIS PROPOSTAS

Um mapa das ideias

Minas 100: estudar a reorganização dos 853 municípios mineiros em aproximadamente 100 administrações regionais, preservando identidades locais como distritos.

Embrapa Internacional: criar um braço internacional capaz de comercializar tecnologia agrícola brasileira no exterior, protegendo ativos científicos estratégicos.

Voto distrital, eleição única a cada seis anos, parlamentarismo, governo digital, inteligência artificial, desenvolvimento econômico, cidades inteligentes e reforma do Estado completam os principais eixos.

Esses eixos se conectam. O Minas 100 trata de escala territorial; cidades inteligentes e governo digital tratam de capacidade de gestão; voto distrital e reforma política tratam de representação; Embrapa Internacional trata de transformar conhecimento em riqueza. O fio comum é revisar estruturas antigas à luz das possibilidades e necessidades atuais.

60. NÃO EXISTE PROPOSTA SEM PERGUNTAS

Ideias precisam ser testadas

Quanto custa? Como implementar? Quem será afetado? Qual legislação precisa mudar? Existem experiências semelhantes? Quais riscos existem? Qual seria o período de transição?

Essas perguntas não enfraquecem uma ideia. Tornam a proposta melhor.

Um bom projeto deve sobreviver a perguntas difíceis. Antes de virar lei, precisa de estimativa de custo, análise jurídica, comparação com alternativas, indicadores de sucesso e plano de transição. Admitir incerteza não é fraqueza. É reconhecer que políticas públicas afetam milhões de pessoas e merecem mais rigor do que uma frase de campanha.

61. 4588 IDEIAS

Um número pode identificar uma campanha; ideias podem durar gerações

O número de uma candidatura dura uma eleição. Uma ideia pode durar gerações. Quero que o 4588 esteja associado também a uma proposta de debate: um país mais simples, um Estado mais eficiente, municípios mais fortes, tecnologia a serviço das pessoas, ciência transformada em desenvolvimento e menos burocracia.

Mais liberdade para produzir. Mais responsabilidade para governar.

O número 4588 identifica esta candidatura, mas não quero que ele seja lembrado apenas como peça de propaganda. Quero associá-lo à disposição de formular, escrever, ouvir críticas e revisar propostas. Uma eleição termina em poucas semanas; debates sobre organização do Estado, tecnologia, representação e desenvolvimento permanecem por muitos anos.

Se uma dessas ideias for melhorada por alguém que discorda de mim, o debate já terá produzido valor. A política precisa recuperar a capacidade de construir propostas que possam continuar existindo depois do calendário eleitoral.

CONCLUSÃO

Ideias para uma política diferente

Não acredito que exista uma pessoa capaz de resolver os problemas do Brasil sozinha. Países são construídos por instituições, empresas, trabalhadores, professores, cientistas, empreendedores, servidores, famílias e comunidades.

Este livro não apresenta uma promessa de solução mágica. Apresenta uma forma de enxergar o Estado: mais regional, tecnológico, eficiente, transparente, próximo do cidadão e disposto a questionar estruturas antigas.

O Minas 100 pergunta por que sustentar centenas de estruturas políticas duplicadas se podemos estudar regiões administrativas mais fortes. A Embrapa Internacional pergunta por que exportar apenas o que produzimos no campo se também podemos exportar o conhecimento que nos tornou capazes de produzir.

O voto distrital questiona a distância entre eleitor e representante. A eleição única questiona a campanha permanente. O parlamentarismo questiona a excessiva personalização do poder. As cidades inteligentes questionam decisões sem dados. A reforma do Estado questiona estruturas que permanecem apenas porque sempre existiram.

Se começássemos o Brasil de hoje do zero, com a tecnologia, o conhecimento e os recursos atuais, construiríamos exatamente o mesmo Estado que temos? Provavelmente não. Então podemos melhorá-lo.

As propostas reunidas aqui partem de uma mesma inquietação: muitas instituições brasileiras foram construídas para condições que mudaram. A população se desloca de outra forma, a economia se organiza em redes, a tecnologia permite integração instantânea de dados e o conhecimento científico tornou-se um dos principais ativos de um país. Preservar o que funciona é tão importante quanto ter coragem para alterar o que deixou de fazer sentido.

Nenhuma mudança relevante acontece sem transição, negociação e controle. Minas 100, voto distrital, parlamentarismo, governo digital ou Embrapa Internacional exigiriam estudos e decisões coletivas. O compromisso que proponho não é com uma fórmula fechada, mas com uma forma de trabalhar: apresentar o problema, publicar a proposta, calcular impactos, ouvir críticas, testar caminhos e medir resultados.

A política pode voltar a ser um espaço em que ideias competem com ideias. É para isso que este livro foi escrito.

ELY MACHADO

Geógrafo • Gestão Pública • Cidades Inteligentes • Gestão Ambiental • Políticas Públicas •
Educação

ELY MACHADO 4588 • DEPUTADO FEDERAL

CNPJ 68.455.125/001-40